

Editorial

DOI: 10.14393/CPCDHIS-V29N1-2016-1

O ensino de História e a diversidade étnico-racial foi o tema escolhido pelas professoras Daniela Silveira e Mara Regina do Nascimento para organizar o Número 1, do ano de 2016, dos Cadernos de Pesquisa do CDHIS, revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, que temos o prazer de apresentar.

Escolha oportuna, visto que a diversidade cultural do Brasil tem estado no alvo de um debate histórico e historiográfico de grande relevância. Em seus estratos arqueológicos mais distantes, ainda no século XIX, encontramos uma escrita que procurou classificar a população conforme divisão hierarquizada em três "raças", tal como fez Von Martius, com as respectivas (des)qualidades que distinguem o português (ou europeu e colonizador), o índio e o africano; um pouco adiante no tempo, seriam construídas matrizes ainda melhor lapidadas e mais excludentes do saber, com as teorias racialistas, embebidas da verdade científica, sobre a raça da população do Brasil e do mundo com base em características da biologia e da natureza; adiante, com Freyre, já no século XX, no Brasil, procurou-se inverter, reordenar ou pelo menos desorganizar aquela concepção vertical da população brasileira e, assim, positivar a identidade negra ou mestiça, empoderar o "sorriso do mulato" e inventar uma "democracia racial".

Ao longo do século XX, movimentos sociais de diferentes direções políticas, cores e nomes no Brasil e no mundo produziram e/ou resistiram aos poderes colonizadores, imperialistas, homogeneizadores e totalitários. Particularmente nas duas últimas décadas no Brasil, com os movimentos pela democratização do país, segmentos populacionais organizados lutam, demandam espaços próprios de atuação. Acirram-se tensões e conflitos que ao mesmo tempo fertilizam o debate sobre a pluralidade da identidade e a diversidade cultural brasileira. No bojo de muitas iniciativas, na educação, em relação à temática étnico-racial, observamos avanços com a promulgação das Leis 10.639 em 2003 e 11.645, em 2008, que obrigaram a inserção da temática africana, indígena e afro-brasileira na educação básica. Como pontos terminais dessas tensões e lutas, mobilizadores de novos arranjos políticos no plural, estes são discursos que exprimem anseios diversos da sociedade e apontam para a necessidade de se promover a educação em padrões mais igualitários ou menos injustos, e garantir a ampliação dos espaços de formação, atuação, diálogo e cidadania nos diferentes rincões de um país de dimensões continentais.

Trata-se, portanto, de temática da maior relevância, sobretudo no momento difícil em que vive a experiência democrática no país. E o resultado desse trabalho, orquestrado pelas professoras organizadoras, certamente muito contribuirá para o debate. Agradecemos especialmente às colegas Daniela e Mara, do Instituto de História e do Conselho Editorial, aos/às pareceristas, técnicos/as, estagiários/as, em suma, a

todos/as que trabalharam, amplificaram e registraram aqui suas vozes para materializar a publicação.

Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

Editora